

CAPÍTULO 2

A SUCESSÃO HEREDITÁRIA EM UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE VIRMOND-PR

Data de submissão: 09/01/2023

Data de aceite: 01/03/2023

Miria Luane Schuarcz

Universidade Estadual do Centro-Oeste
Guarapuava – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/1858342977937672>

Mario Zasso Marin

Universidade Estadual do Centro-Oeste,
Departamento de Geografia.
Guarapuava – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/3707647256716872>

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo geral analisar a sucessão hereditária na agricultura familiar do município de Virmond-PR. A pesquisa foi desenvolvida utilizando-se de técnicas de pesquisa secundárias e primárias. Dentre as fontes de pesquisa secundárias foram utilizados livros, artigos e buscas em *sites* que proporcionaram informações sobre o tema. Quanto as fontes de pesquisa primárias foram aplicadas entrevistas junto a agricultores familiares com mais de 50 anos, em 5 diferentes zonas agroecológicas (englobando nove comunidades), a fim de se compreender como está sendo realizado o processo de sucessão familiar. Buscou-se com esta pesquisa entender o processo de sucessão do patrimônio fundiário, suas dificuldades e

perspectivas, em Virmond-PR. Foi possível observar que os agricultores tem estimulado os filhos para que estudem. Foi também possível observar que entre a maioria dos agricultores, quando houver a transmissão do patrimônio (a propriedade rural e tudo que ela contém), dividirão a propriedade de forma igualitária (todos(as) receberão a mesma quantidade). Outra questão importante abordada foi o envelhecimento no meio rural, que aparece bem distinta entre os agricultores, pois alguns deles declaram que no meio rural é o melhor lugar para se envelhecer, e alguns dizem que, com o passar do tempo, os filhos tomarão um rumo diferente na vida, e os pais ficarão sozinhos, e que a opção será vender a propriedade e se mudar para a cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sucessão familiar. Estratégias de reprodução socioeconômica. Jovens rurais.

HEREDITARY SUCCESSION IN FAMILY FARMS IN THE MUNICIPALITY OF VIRMOND- PARANÁ

ABSTRACT: The aim of this study was to examine hereditary succession in family farming in the municipality of Virmond-

Paraná. The research combined both primary and secondary sources. Primary sources consisted of interviews with family farmers aged 50 or older in five different agroecological zones (encompassing nine communities), and secondary sources included books, articles, and online resources. The study aimed to understand the processes, challenges, and prospects of land succession in Virmond-Paraná. Findings indicated that farmers encouraged their children to pursue education. In most cases it was found that heritage (rural property and its contents) is divided equally among all recipients. Attitudes toward aging in rural areas varied among farmers, with some stating that rural regions are the preferred place to grow old and others preferring their children pursue different life paths away from parents, causing them to sell their farm and move to the city.

KEYWORDS: Family succession, Socioeconomic reproduction strategies, Rural youth.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura familiar é responsável por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, é responsável por 80% do valor da produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (IBGE, 2017). O Censo Agropecuário de 2017 identificou 4,6 milhões de estabelecimentos familiares, o que representa 76,82% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Os agricultores familiares ficam com 23,18% da área total (351,28 milhões de hectares). Estratégica, a agricultura familiar é responsável pela segurança alimentar, pela geração de emprego e renda e pela manutenção de elementos culturais do meio rural. Diante disso, destaca-se a importância de se debater a agricultura familiar e em particular o processo de sucessão nas unidades de produção, isto é, como a sucessão se realiza e quais as dificuldades para a sua efetivação. Os sucessores normalmente são os filhos homens. Os trabalhos de Carneiro (2000) e Santos (1984), realizados entre os descendentes de italianos, mostrava a predominância do filho mais novo (*minorato*) (*apud* SPANEVELLO, 2008).

Mais recentemente, constata-se a mudança nos padrões sucessórios, devido em parte à significativa redução do número de filhos e em parte a mudanças nas relações familiares que possibilitam aos jovens buscar alternativas individualizadas. Em muitos casos, os estabelecimentos ficam sem sucessores; em outros, algum filho, não necessariamente o mais velho ou o mais jovem, assume o estabelecimento após a aposentadoria ou a morte do pai; ou é a filha que se torna a herdeira da terra. Outra questão é a forma como os filhos não herdeiros da terra são compensados pela cedência de sua parte da herança paterna (BRUMER, 2007).

Apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, sobretudo em relação às políticas públicas de incentivo à produção de alimentos (como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf), a carência de infraestruturas e as dificuldades de acesso a serviços básicos e na geração de renda tem se constituído barreiras à permanência das famílias no meio rural. Além disso as transformações sociais e econômicas das últimas décadas têm impresso desafios à sucessão na agricultura familiar.

Pode-se mencionar a redução do número de filhos, a migração das mulheres ao mercado de trabalho urbano (favorecendo a masculinização no campo) e a competitividade nos mercados agrícolas, etc. Diante desse cenário, alteraram-se as estratégias das famílias para transmitir o patrimônio fundiário como também surgiram limitações para a sucessão.

Por sucessão, entende-se a transferência do controle ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio familiar aos filhos sucessores ou à próxima geração, enquanto a herança trata da transferência legal do patrimônio, inclusive a terra (GASSON; ERRINGTON *et al.* 1993 *apud* SPANEVELLO, 2008).

Pela lei brasileira (11.326/2006) que trata da agricultura familiar, o produtor familiar está definido como aquele que pratica atividades ou empreendimentos no meio rural, em área de até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de obra da própria família em suas atividades econômicas (BRASIL, 2006).

Segundo Anjos, Caldas e Costa (2006, p. 6) “nem sempre a existência de um sucessor e proprietário formal da terra, escolhido entre os membros do grupo doméstico, pode ser vista como algo estático e perfeitamente consensuado no seio da unidade familiar”. Esse processo é marcado por uma multiplicidade de arranjos e, muitas vezes, por conflitos no seio da unidade de produção. As estratégias buscam alternativas ao que se pode chamar de “crise de sucessão”. Assim, nesse contexto, como se desenvolve o processo de transferência do patrimônio fundiário para as futuras gerações na agricultura familiar de Virmond-PR? Se as dificuldades na sucessão aparecem mesmo quando há um sucessor, elas podem ser ainda maiores quando o mesmo não existe. Assim, que dificuldades os agricultores familiares estão enfrentando para a realização da sucessão nas unidades de produção?

Diante de tais problemas de pesquisa quer-se contribuir com o debate da sucessão hereditária na agricultura familiar de Virmond-PR colaborando com os avanços nas discussões do tema na Geografia. O objetivo geral foi entender como se realiza o processo de transferência do patrimônio fundiário na agricultura familiar de Virmond-PR.

Os métodos utilizados nesta pesquisa foram o monográfico (estudo de caso) e o observacional. O nível da pesquisa foi o exploratório, a partir de pesquisas relacionadas ao tema, com objetivo de entender as dificuldades e perspectivas da sucessão familiar em Virmond-PR.

As técnicas de pesquisa foram as secundárias, baseando-se em artigos, livros e informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram utilizadas, também, técnicas primárias de pesquisa, através de entrevistas aplicadas a agricultores familiares com mais de 50 anos. Para isso, inicialmente se delimitou a área com agricultura familiar em Virmond-PR. Nesta área, então delimitada, formaram-se áreas homogêneas seguindo critérios, como o sistema de produção¹ e o relevo, pois as ações dos agricultores

¹ Combinação de sistemas de cultivo e de criação simples, conduzidos nos limites autorizados pelo aparelho de produção de uma unidade de produção (força de trabalho, competência, meios mecânicos, químicos, biológicos e terras

não são homogêneas e estão vinculadas a tais realidades. Após essa delimitação, foram aplicadas entrevistas às unidades de produção representativas de cada zona agroecológica² para a compreensão do problema da pesquisa. Nessa etapa, as entrevistas foram aplicadas em cada zona agroecológica até o momento em que as informações passassem a se repetir, indicando que as mesmas seriam suficientes para a compreensão do objeto de estudo.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

O município de Virmond, possui 243,326 km², está localizado na Região Geográfica Imediata de Laranjeiras do Sul – Quedas do Iguaçu e na Região Geográfica Intermediária de Cascavel e conta com uma população total de 4.051 habitantes (estimativa 2021), 52,41% da população habita o espaço rural (IBGE, 2010). Continua a existir um movimento populacional do campo (redução de 28%) para a cidade (crescimento de 34%), conforme dados de 2000 e 2010. Este processo pode comprometer a sucessão hereditária? (Tabela 1).

Situação do domicílio	2000		2010	
	População residente (Pessoas)	População residente - percentual do total geral	População residente (Pessoas)	População residente - percentual do total geral
Urbana	1.399	34,52	1.880	47,59
Rural	2.653	65,48	2.070	52,41
TOTAL	4.052	100	3.950	100

TABELA 1 – COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE VIRMOND - PR

FONTE: IBGE (2000 e 2010).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Humano Municipal (IFDHM, 2016) de Virmond é moderado (0,7543). Educação (0,8195) e saúde (0,9415) possuem índice elevado. Já renda e emprego é regular (0,5021). Está na posição 139° no estado (dentre 399 municípios) e na posição 1082° no país (dentre 5.575 municípios analisados).

Os desafios a serem enfrentados no meio rural, em função da migração jovem, são grandes: envelhecimento da população rural; a saída recorrente “das jovens” e a consequente masculinização da população do campo; a probabilidade de uma situação de celibato entre os jovens do sexo masculino; os problemas de acesso à educação no campo;

disponíveis da unidade de produção considerada (MAZOYER, 1987).

² Zona agroecológica pode ser definida como um espaço geográfico no setor do qual os elementos do tipo ecológico e do tipo antropológico articulam-se de maneira organizada e finalizada. Concretamente, delimitam-se zonas onde um determinado ecossistema (ou combinação homogênea de ecossistemas) é ocupado e explorado por um determinado grupo de agricultores/ou combinação homogênea de grupos sociais, a partir de uma história comum. Este espaço ocupado e explorado é representado como o espaço agropecuário (CASTELLANET, 1995).

a característica urbana das escolas do campo; as demandas por atividades de lazer, acesso à informação (internet) e renda; os conflitos familiares no processo de sucessão e as estratégias de permanência lançadas nos estabelecimentos familiares (KUMMER; COLGNESE, 2013).

O envelhecimento da população rural tem relação direta com o êxodo dos jovens rurais. Essas duas variáveis andam juntas, afirma Godoy (2010), e trazem consigo o problema da reprodução social da agricultura familiar, pois sem atrativos os jovens migram para as cidades. Sendo assim, novas estratégias de atividades, políticas públicas, lazer, infraestrutura, entre outros fatores proporcionariam a reprodução da agricultura familiar e diminuiria os índices de envelhecimento da população no campo, focando no desenvolvimento do meio rural (GODOY, 2010 *apud* FURLAN *et al.*, 2014).

Quanto a presença da agricultura familiar no município de Virmond (Tabela 2), percebe-se que ela é predominante (85,6%), ocupando 46% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

Tipologia	Número de estabelecimentos agropecuários (unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares)
Agricultura não familiar	73	10.413
Agricultura familiar	434	8.792
TOTAL	507	19.205

TABELA 2 – NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM AGRICULTURA FAMILIAR E AGRICULTURA NÃO FAMILIAR EM VIRMOND-PR

FONTE: IBGE (2017).

POPULAÇÃO	URBANA	RURAL	NÚMERO TOTAL	PERCENTUAL SOBRE A POPULAÇÃO RURAL
Jovem (15 a 24 anos)	282	360	642	17
60 anos ou mais	184	300	484	14
TOTAL	1.880	2.070	3.950	-

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, JOVEM E COM 60 ANOS OU MAIS POR SITUAÇÃO DOMICILIAR E O PERCENTUAL SOBRE A POPULAÇÃO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIRMOND-PR

FONTE: IBGE (2010)

No que se refere a população idosa, considerando-se a população urbana e rural, ela se concentra no espaço rural, representando 62%. É um sinal da masculinização no espaço rural. Por outro lado, no que se refere a população jovem, considerando-se a população urbana e rural, ela se concentra também no espaço rural, representando 56%.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, desenvolvimento rural foi, por um período da história do país, sinônimo de desenvolvimento agrícola, já que aquele era dado pela modernização do setor agropecuário. Mais recentemente, o desenvolvimento passou a incorporar o rural com destaque para as atividades não agrícolas e ambientais e a considerar os diferentes públicos que ali residem, tais como os agricultores familiares, quilombolas, assentados e ribeirinhos, as mulheres, idosos e jovens (SPANEVERELLO *et al.*, 2021).

Segundo Spanevello *et al.*, (2021) essas políticas (incluindo também programas) governamentais atuais têm como propósito favorecer a permanência dos jovens no meio rural, tendo em vista o crescente êxodo juvenil e as dificuldades em torno da sucessão geracional ou da permanência desses jovens como agricultores. No entanto, o êxito dessas políticas depende de uma série de fatores relacionados direta ou indiretamente com o contexto em que vivem e se desenvolvem esses jovens rurais.

Quando se focaliza a juventude rural, apesar de haver estudos sobre diferentes aspectos, dois temas são recorrentes: a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração (BRUMER, 2007).

Entre os motivos apontados para a emigração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remunerado (fatores de atração); e de outro lado, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão).

A saída dos jovens é, segundo estudos, um processo gradual de retirada das pessoas do meio rural. No passado, os filhos deixavam a casa paterna para se instalarem no meio rural, seja na própria comunidade (embora em outro estabelecimento), em outro município, região ou até mesmo estado (SPANEVERELLO, 2008).

De acordo com Abramovay *et al.* (1998), Silvestro e Cortina (1998), o padrão sucessório que garantia a sucessão dos estabelecimentos familiares era baseado em dois objetivos: assegurar a integridade do estabelecimento paterno e garantir a instalação dos demais filhos na agricultura (*apud* SPANEVERELLO, 2008). Para atender a esses objetivos e, conseqüentemente, manter assegurada a sucessão profissional, Abramovay *et al.* (1998) aponta que, o minorato, garantia ao filho mais novo o estabelecimento paterno, o qual deveria responsabilizar-se pelo cuidado com os pais na velhice.

As motivações e razões que levam os jovens a sair são variadas. Para alguns é o fato de o jovem “não querer trabalhar na agricultura”, “querem vida mansa” ou “sofrer menos”, “a juventude não quer nada”, “buscam uma vida melhor”, enquanto outros afirmam que os jovens migram para “buscar mais divertimento, estar no movimento, na cidade”. A construção da perspectiva de sair do meio rural é um processo que acontece antes mesmo

da fase da juventude ou da chegada à idade adulta: “desde criança já pensam na cidade”. As dimensões que favorecem a saída dos filhos são variadas, podendo ir desde a forma de educar os filhos (cobrando maior ajuda na realização do trabalho no estabelecimento) ou impondo maior rigidez no controle da circulação dos filhos nos espaços externos ao meio rural (SPANVELLO, 2008).

Segundo Spanevello (2021), o prolongamento dos estudos é visto como a primeira porta de saída dos filhos do meio rural e provocador dos processos de individualização. Como consequência, gera uma desmotivação nos jovens para ficar na agricultura. A permanência também está associada à autonomia dos filhos, principalmente financeira. Uma dessas mudanças diz respeito ao próprio lazer para os jovens e suas famílias nas comunidades rurais. Os jovens têm reduzido sua presença nesses espaços, tendo em vista a maior apreciação pelos espaços de lazer urbano.

As dificuldades do trabalho agrícola e doméstico dificultam a constituição de matrimônio ou união estável no meio rural, tendo em vista a falta de atração das moças por essas atividades. Em nome dessas dificuldades, há uma tendência das moças rejeitarem os casamentos com os filhos de agricultores (SPANVELLO, 2008). Em Virmond (Tabela 5), 60% dos jovens no meio rural (apesar de 56% dos jovens ainda viverem no espaço rural), no censo demográfico de 2010, são do sexo masculino. A tendência, portanto, é de um processo de masculinização. Deve-se destacar que são dados de 2010.

POPULAÇÃO RURAL	MASCULINA	PERCENTUAL (%)	FEMININA	PERCENTUAL (%)	NÚMERO TOTAL
Jovem (15 a 24 anos)	218	60	144	40	362
60 anos ou mais	153	51	148	49	301
TOTAL	1.084	52	986	48	2.070

TABELA 5 - POPULAÇÃO RURAL TOTAL, MASCULINA E FEMININA EM VIRMOND – PR

Fonte: IBGE (2010).

Com a saída dos mais jovens, principalmente as moças, os agricultores ressaltam, sobretudo, as dificuldades em manter as redes sociais locais, sejam familiares ou comunitárias, bem como a continuidade dos estabelecimentos familiares no futuro. Para outros, há um conjunto de fatores explicativos para essa questão, tais como: falta de autonomia dos jovens nos estabelecimentos: “os pais comandam tudo”, a condição da agricultura, a comparação com o lazer da cidade (SPANVELLO, 2008).

Interessante notar que na agricultura familiar a juventude está presente pela inserção no trabalho familiar do estabelecimento agrícola, caracterizada por uma unidade de produção agrícola em que propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família

(ABRAMOVAY, 1992 *apud* COSTA; CORBARI; ZONIN, 2021). Na agricultura familiar, os jovens, filhos e filhas de agricultores, integram-se aos processos de trabalho na propriedade desde muito cedo, auxiliando no trato de lavouras e animais (SILVESTRO *et al.*, 2001 *apud* COSTA; CORBARI; ZONIN, 2021). Dessa forma, vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, com a prática da lida no campo, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento (COSTA; CORBARI; ZONIN, 2021).

Nesse sentido, na agricultura familiar, as famílias lançam diferentes esforços para assegurar a reprodução das gerações, tais como constituição do patrimônio fundiário, alocação de diversos membros para trabalhar dentro ou fora do estabelecimento, associações informais entre parentes e vizinhos (WANDERLEY, 2001 *apud* SPANEVELLO, 2008).

É por meio das gerações sucessivas que a sociedade se reproduz; e onde se dá a organização dessa reprodução é na família, considerando que atualmente o processo ocorre de forma mais complexa, perpassando por outras instituições. A inserção produtiva dos jovens rurais³ ocorre naturalmente. Os filhos vão pouco a pouco aprendendo afazeres agrícolas com os pais, organizando-se de diversas formas, com o trabalho representando uma continuidade entre as gerações (DOWBOR, 2005 *apud* COSTA; CORBARI; ZONIN, 2021).

Para Mattei (2015), as razões que motivam as mudanças socioeconômicas e produtivas do rural no Brasil se referem a questões como a ampla produção de *commodities* agropecuárias voltadas ao mercado exportador; a modernização da produção que dispensou mão de obra no campo, acentuando a migração campo cidade; bem como a emergência das atividades não agrícolas associada a reordenação dos espaços geográficos rurais. Favareto (2007 *apud* SPANEVELLO, 2021) menciona que os espaços rurais estão cada vez mais integrados a novas e complexas dinâmicas fazendo surgir transformações sociais que formam a “recomposição do rural” ou a nova ruralidade (WANDERLEY, 2009 *apud* SPANEVELLO *et al.*, 2021).

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1991 eram aproximadamente 7 milhões de jovens (15 a 24 anos⁴) no meio rural brasileiro; no ano de 2010, esse estrato reduziu-se para 5 milhões, ou seja, uma redução de quase 27%. No país, o número médio de jovens no meio rural representa 20% do total da população (em Virmond são 9%). Esses dados refletem outras estatísticas, como é o dado do perfil dos produtores rurais brasileiros apontados pelo Censo Agropecuário de 2017: produtores

3 Em termos de definição compreende-se que o jovem rural é aquele que não apenas reside no meio rural, mas que o vivencia, que participa de unidade produtiva de caráter familiar, onde ocupa espaços culturalmente definidos. É o sujeito que se relaciona com um modo de ser específico, vinculado à uma realidade onde o mundo do trabalho e o mundo da vida se fundem e se confundem (KUMMER; COLOGNESE, 2013).

4 Entende-se que a categoria jovem seja uma das mais complexas de definir entre as faixas etárias e momentos de vida humana. Isto por que se supõe que seja um período de transição e como tal se encontra em ambiente movediço e variável (KUMMER; COLOGNESE, 2013).

rurais jovens (faixa etária compreendida entre 25 a 35 anos) representam 9,5% (em Virmond também são 9,5%) do total dos produtores brasileiros, enquanto no Censo Agropecuário de 2006 a representatividade era de 13,5% (em Virmond era 16%). Outro aspecto trazido por esse Censo diz respeito ao crescimento do número de produtores rurais no país em idade mais avançada (com 65 anos ou mais) representando 21,4% dos produtores (em Virmond são 15%), enquanto no Censo Agropecuário de 2006 representavam 17,52% (em Virmond eram 11%) (IBGE, 2017; IBGE, 2006; IBGE, 1991; IBGE, 2010; SPANEVELLO *et al.*, 2021).

Segundo Brumer (2014 *apud* SPANEVELLO *et al.*, 2021), em vista do maior registro da migração juvenil, as pesquisas procuraram especialmente apontar as causas do desinteresse dos jovens de ambos os sexos em permanecer na atividade agrícola, com destaque para as oportunidades de trabalho e educação, sucessão e transferência de patrimônio dados pelos pais de forma distinta aos filhos e às filhas.

Não há dúvida de que a sucessão familiar é de suma importância para a continuidade da agricultura familiar. Se a permanência no campo não é uma opção viável para a vida dos jovens rurais, o destino será o envelhecimento da mão de obra, o esvaziamento do campo e uma menor participação socioeconômica da agricultura familiar. Tampouco pode ser atrelada a um estágio da vida que perpassa pela escolha profissional e matrimonial, composta por fracassos e sucessos individuais, com base em uma percepção de responsabilização sobre os processos vividos por eles (STROPASOLAS, 2006 *apud* COSTA; CORBARI; ZONIN *et al.*, 2021). A demarcação dessa etapa da vida é sempre imprecisa, sendo muitas vezes referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária (CARNEIRO; CASTRO, 2007 *apud* COSTA; CORBARI; ZONIN *et al.*, 2021).

Para Gasson e Errington (1993 *apud* SPANEVELLO, 2008), além da socialização dos filhos no trabalho, outras características ou especificidades são fundamentais na sucessão da agricultura familiar: a identificação ou a escolha do sucessor, o predomínio do pai no comando deste processo, a transferência do patrimônio dentro da família (dos pais para os filhos), o momento da transferência, a forma de distribuição do patrimônio (repartir entre todos ou manter assegurado para apenas um).

São os jovens rurais, filhos de agricultores, independentemente de suas idades, que ainda estão ocupando a propriedade rural e que apresentam um forte enraizamento com a unidade produtiva familiar que tomarão a decisão de permanecer no campo, levando a agricultura familiar como um modo de vida. Ou, migrarão para as áreas urbanas, em busca de empregos nas cidades (COSTA; CORBARI; ZONIN, 2021).

Para Fischer e Burton (2014 *apud* SPANEVELLO *et al.*, 2021), a mecanização do trabalho agrícola é outro fator interno de saída dos filhos, pois a mecanização diminui a necessidade da mão de obra e o contato dos filhos com o trabalho, fazendo-os perder o interesse na atividade. Já para Cassidy e McGrath (2014 *apud* SPANEVELLO *et al.*, 2021), a preferência pelos filhos homens na sucessão como parte de um processo cultural leva as

filhas a deixarem o campo. Quanto aos fatores externos, segundo Creighton *et al.* (2016 *apud* SPANEVELLO *et al.*, 2021), está o valor elevado da terra, que impossibilita os pais de comprarem novas áreas para os filhos, sendo a sucessão atrelada à manutenção do tamanho da propriedade repassada pelos pais. Foguesatto *et al.* (2016 *apud* SPANEVELLO *et al.*, 2021) citam ainda a falta de políticas públicas específicas para os jovens e a falta de escolas e universidades no meio rural, pois os jovens que desejam estudar se deslocam até o meio urbano, tornando difícil o retorno. Mattei *et al.* (2015 *apud* SPANEVELLO *et al.*, 2021) consideram ainda o lazer no meio urbano, que atrai os jovens para as cidades.

Na perspectiva de Brumer (2014, p. 215 *apud* SPANEVELLO, *et al.*, 2021), esse cenário está relacionado com a:

[...] ampliação proporcional da migração juvenil (população com idade entre 15 a 24 anos), principalmente do sexo feminino, provocando tanto a diminuição da população rural face à população urbana como um maior índice de masculinização e de envelhecimento no campo. Como resultados dessa migração seletiva por idade e sexo, muitos estabelecimentos agrícolas familiares apresentam a tendência a não permanecer na mesma família após a aposentadoria ou o falecimento dos atuais proprietários [...].

Ainda segundo Spanevello *et al.* (2021) no que se refere ao envelhecimento e aos processos sucessórios, estudos apontam que os pais pretendem se mudar para o meio urbano e residir com os filhos, ou esperam o retorno dos filhos às propriedades para ampará-los na velhice. No entanto, quando os pais visualizam a perspectiva de que, de fato, os filhos não retornarão, inicia-se o processo de quais estratégias adotarão, sobretudo em relação à propriedade. Nesse contexto, tanto na agricultura como na pecuária registram-se propriedades sem expectativa de sucessor, o que tem levado à transferência dos casais idosos para o meio urbano e, por consequência, à comercialização ou ao arrendamento da terra.

A segunda situação, que diz respeito às alternativas ligadas ao trabalho rural, é decorrente da diversificação das atividades rurais. Recentemente, muitas famílias têm adotado a estratégia da diversificação, inclusive com base em atividades não agrícolas, como o turismo rural, as agroindústrias familiares, a terceirização de máquinas e equipamentos, as quais têm se destacado e contribuído para a reprodução social das famílias rurais (SPANEVELLO *et al.*, 2021).

A mesma autora considera algumas políticas públicas focadas nos jovens rurais, podendo-se citar: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Jovem, Programa Nacional de Crédito Fundiário, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e Saberes da Terra, voltada à oferta de crédito para os jovens, formação, capacitação e assistência técnica.

Entre as principais finalidades desse conjunto de políticas e programas, estão a renda (tanto a renda individual para os jovens, com base na implementação de novas atividades na propriedade paterna, ou em área de terra própria, como aumento da renda

familiar), a possibilidade de instalação como um agricultor independente da propriedade paterna, de produzir segundo os critérios de produção sustentável, de receber assistência técnica e extensão rural e de elevar a formação educacional por meio de um processo educativo ajustado à realidade da agricultura e do rural (SPANEVERELLO *et al.*, 2021).

A continuidade da unidade produtiva familiar por meio da sucessão familiar não depende apenas da vontade e decisão do sucessor. Ela perpassa pelo planejamento familiar e preparo do jovem rural. Agrega-se a isso a orientação profissional e políticas públicas de incentivo à permanência, além das questões que estruturam a sociedade rural brasileira, como infraestrutura, políticas públicas, questões agrárias e ações governamentais que visam melhorar a vida no campo (COSTA; CORBARI; ZONIN, 2021).

No processo de sucessão hereditária, a escolha das mulheres como sucessora(s) é mais rara, e geralmente ocorre quando não há filhos homens ou elas são filhas únicas. Essa diferenciação remete a uma discussão de gênero que tem origem na divisão do trabalho entre homens e mulheres (SPANEVERELLO, 2008).

O trabalho das mulheres, especialmente na agricultura, não é, em geral, reconhecido como produtivo ou com valor econômico, considerado como “ajuda”. A divisão de trabalho define a agricultura como uma ocupação masculina, fazendo com que as mulheres sejam vistas principalmente, como donas de casa, não importando qual seja sua contribuição à agricultura familiar (DEERE; LEON, 2002 *apud* SPANEVERELLO, 2008).

Desse modo, a transferência ou o momento em que o sucessor vai assumir está condicionado à retirada do pai do comando do estabelecimento. O momento da realização da transferência pode ser em vida ou após a morte dos pais e depende de fatores como o casamento do sucessor, estado de saúde do pai e da aposentadoria do mesmo (GASSON; ERRINGTON, 1993 *apud* SPANEVERELLO, 2008).

Os agricultores geralmente oferecem pouca abertura aos sucessores dentro do estabelecimento, seja na gestão dos negócios ou no comando de determinadas atividades. Em seu estudo, Abramovay *et al.* (1998 *apud* SPANEVERELLO, 2008) constatou que os pais conduzem o estabelecimento familiar sem a participação ativa e efetiva dos sucessores, apesar do aumento da expectativa de vida dos pais e do maior contato (em número de anos) entre eles.

A falta de acesso a uma renda efetiva contribui para desestimular os jovens a permanecerem na atividade, principalmente as moças. Os rapazes recebem, às vezes, recompensas pelo empenho nas atividades de ciclo mais longo, ou afiançam o cuidado de uma parte da lavoura, “um canto”, “um eito”. Essa recompensa tem caráter compensatório e de incentivo a permanência (KUMMER; COLOGNSE, 2013).

Para Gasson e Errington (1993), uma das condições fundamentais para tornar os filhos sucessores ou candidatos à sucessão é garantir a eles a administração ou gestão de algumas atividades no dia a dia (*apud* SPANEVERELLO, 2008). Apesar da separação em torno da moradia, a conjugação de forças entre pais e filhos permanece. Os pais auxiliam

os filhos nas atividades agrícolas, da mesma forma os filhos sucessores ajudam os pais.-

A falta de perspectivas quanto ao futuro no campo, acabam por dificultar a permanência dos jovens e de suas famílias no meio rural. Ao mesmo tempo entre as famílias mais pobres, a migração para as cidades, aparece como um horizonte mais promissor que a permanência no campo.

A influência familiar é um fator decisivo na direção profissional de jovens agricultores. Os níveis de renda de cada família também definem a direção profissional destes jovens perante a sua formação profissional desejada (STROPASOLAS, 2006 *et al.*, *apud* FURLAN *et al.*, 2013).

As representações dos jovens resultam da socialização e refletem a visão de mundo e a concepção da profissão dos pais, bem como sua percepção mais ou menos pessimista das perspectivas futuras. Ao fazer essas considerações, os jovens comparam suas condições de vida e aquelas dos trabalhadores urbanos, levando em conta principalmente as alternativas de lazer, o tempo livre e o volume de preocupações (CHAMPAGNE, 1986 *apud* BRUMER, 2007).

As relações familiares constituem um capítulo importante no processo de sociabilidade dos jovens rurais. As tradições familiares, como indica Wanderley, “inspiram as práticas e as estratégias do presente e o encaminhamento do futuro.” (2007, p. 23 *apud* KUMMER; COLOGNSE, 2013). Com base no passado são lançadas as estratégias de desenvolvimento do grupo familiar.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram aplicadas vinte e duas entrevistas, com agricultores com mais de 50 anos, com e sem sucessores, considerando o zoneamento a partir do relevo (forte ondulado, ondulado, leve ondulado e plano) e do sistema de produção (por exemplo soja, trigo e milho ou fumo, feijão, milho ou soja e pecuária leiteira). O município foi dividido em 5 (cinco) zonas agroecológicas (Figura 1) (englobando nove comunidades), onde foram aplicadas as entrevistas. Ao norte do município de Virmond encontram-se as comunidades de Campo das Crianças, Linha Zapaoski e Restinga, onde foram aplicadas sete entrevistas. Nelas tem-se um relevo forte ondulado, com produção de soja (nas porções menos declivosas), milho e fumo, prioritariamente. Ao sul, encontra-se a comunidade de Lagoa Bonita e Santo Antônio, onde foram aplicadas seis entrevistas, essa região contém um relevo plano (produção de soja, trigo e milho) e forte ondulado nas áreas que estão em direção ao rio, com criação de gado de corte. A sudeste do município encontra-se a comunidade de Cavernoso, onde foram aplicadas duas entrevistas, essa região contém um relevo forte ondulado, com produção de fumo, soja e milho, prioritariamente. A oeste, encontram-se as comunidades de Tapera e Colônia Coronel Queiroz, onde foram aplicadas cinco entrevistas, essas comunidades possuem um relevo leve ondulado, com produção de soja, milho e

pecuária leiteira, principalmente. Na porção leste do município, encontra-se a comunidade de São Francisco, onde foram aplicadas duas entrevistas, essa região possui um relevo leve ondulado, com produção de soja, milho, trigo, fumo e feijão (Figura 2).

Assim, na região norte (zona agroecológica 1), nas comunidades de Campo das Crianças, Linha Zapaoski e Restinga, as características gerais dos produtores são: idade entre 50 e 78 anos de idade, todos entrevistados possuem somente o ensino fundamental completo ou incompleto. A área média dos estabelecimentos é de 31,26 hectares. O acesso à terra, predominantemente, foi a herança e a compra. A média de tempo que são produtores no imóvel é de 32 anos. Foi possível observar que nestas comunidades há um grande número de filhos que residem na propriedade, tanto os mais novos, quanto os que já estão formando a sua propriedade nas terras do pai. Também foi possível observar que há os filhos que estão estudando, mas que no futuro tem interesse em assumir o estabelecimento e os que estão trabalhando na cidade, ou moram em outros estados. Em relação a transmissão do patrimônio, os que terão sucessores, afirmam que farão a transmissão em vida. E os que não terão sucessores, afirmam que gostariam que algum dos filhos continuasse na propriedade.

O produtor “A” (zona agroecológica 1), de cinquenta e quatro anos, da comunidade de Campo das Crianças, possui um estabelecimento de 24,2 hectares, produtor há dezesseis anos no imóvel, seus principais cultivos agrícolas são: leite, soja e milho. Possui dois filhos mais novos morando na propriedade, e o mais velho, mora na cidade de Laranjeiras do Sul, onde trabalha. Quando perguntado sobre a saída dos jovens do meio rural e da agricultura o produtor disse que: o jovem que permanecer no meio rural, não tem oportunidade e incentivo, e é o que faz os jovens saírem. O agricultor é muito “sofrido”, são poucos agricultores que conseguem comprar os implementos, por custarem muito caro. Sendo assim, só os agricultores mais capitalizados conseguem se manter.

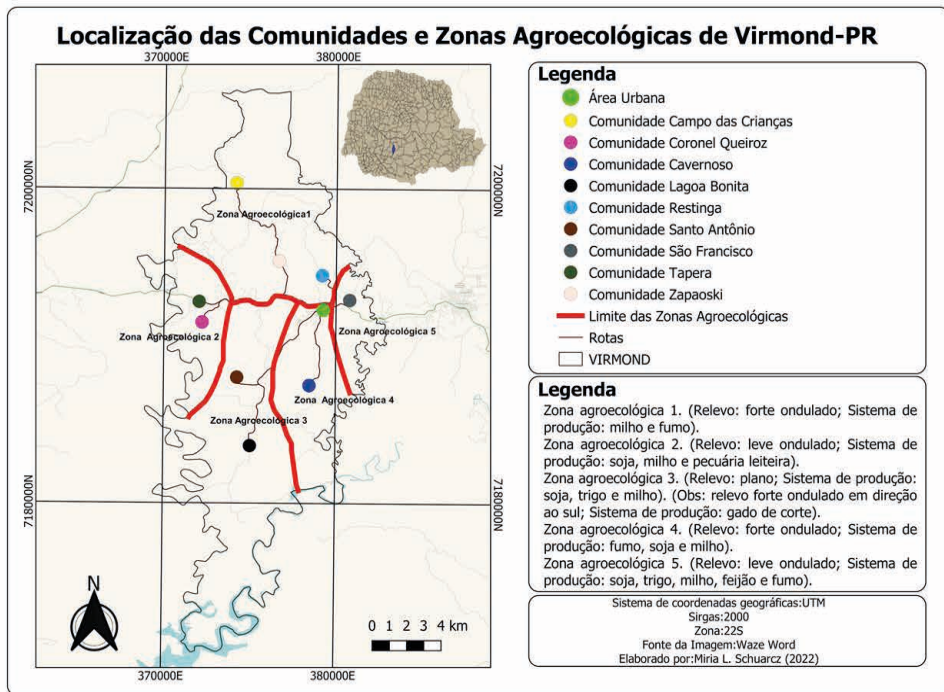


FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES E ZONAS AGROECOLÓGICAS DE VIRMOND-PR.

ORG.: Schuarcz (2022).

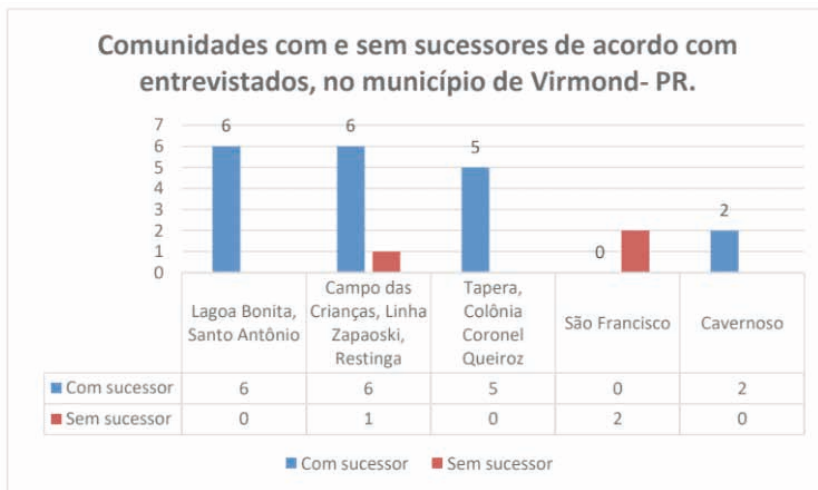


FIGURA 2 - COMUNIDADES COM E SEM SUCESSORES DE ACORDO COM OS ENTREVISTADOS, NO MUNICÍPIO DE VIRMOND-PR.

ORG.: Schuarcz (2022).

Acrescenta que o que poderia ser feito para a permanência dos jovens e das moças é:

Teria que mudar várias coisas, ter mais oportunidades, incentivo do Estado. Um exemplo, no município de Virmond, são os bilhetes escolares para as crianças participarem, na cidade, de diversas atividades, como aprender a tocar violão, praticar atividades esportivas, como futsal. Para os filhos do interior, ao realizarem a matrícula, não é oferecido transporte, fazendo que os pais tomem a iniciativa de leva-los. Sendo assim, isto é um incentivo para as crianças da cidade, pois as crianças do interior não têm condições de ir, pois os pais muitas vezes não têm condições de leva-los, ou não tem carro, sendo assim, as crianças acabam sendo excluídas. Isso faz com que a criança do interior comece a ter problemas, ficando até depressiva, pois o seu colega tem a possibilidade de ir, e ele não. No futuro, poderá ser um fator para que queira se mudar para a cidade, por falta de oportunidades.

Por ser um produtor com filhos mais novos, diz que deixou à escolha dos filhos, permanecer ou não na propriedade, pois o filho sabe como é a situação no campo. Assim ele vai em busca de uma vida melhor, e o que pretende garantir, é o estudo, para que eles se encaminhem em uma profissão.

Quando perguntado, que destino pretende dar ao seu estabelecimento? Se pudesse daria um destino diferente? O produtor disse que pensa em permanecer e deixar para os filhos decidirem o que fazer no futuro, e nada está definido ainda, em relação a divisão do patrimônio, mas que será igual para todos os filhos.

O produtor “B”, que possui cinquenta anos, e mora na localidade da Linha Restinga, contém o ensino médio incompleto, produtor há vinte anos no mesmo imóvel, produtor de trigo, soja, fumo e feijão. Adquiriu o imóvel parte por herança e parte por compra. Três filhos moram na propriedade e um deles mora em outra cidade, onde estuda. Quando questionado qual era a opinião sobre a saída dos jovens do meio rural e da agricultura, ele afirmou:

Por falta de opção na propriedade, falta de crédito, talvez uma oportunidade para arrumar um emprego é fora dela. A vida na agricultura é mais sofrida para os jovens, ainda mais se tiver que estudar e trabalhar, ficando difícil agregar. A maioria dos jovens opta por sair da propriedade, sendo um erro, pois a cidade traz oportunidades diferentes, fazendo os jovens pensar que é melhor, mas ao longo prazo, fica-se estabilizado, o que se ganha, gasta. Na agricultura é diferente, pois pode ter uma atividade, que gere dinheiro, se não der certo, pode mudar para outra atividade (tipo de cultivo).

No que se refere ao que poderia ser feito para favorecer a permanência dos jovens e das moças, o produtor respondeu:

Teria que se ter mais incentivo por parte dos políticos, dos governantes. E, mais incentivo para a agricultura familiar. Hoje o jovem não consegue se manter sozinho, pois é necessário o uso do bloco do pai, para pegar crédito. O valor até tem, mas é muito baixo, com isso não é possível fazer um investimento para se manter sozinho. As políticas públicas teriam que ser mais incentivadoras.

Sobre a questão do envelhecimento no meio rural, o produtor destacou:

Hoje tem-se mais idosos no interior, poucos jovens ficam no interior. Nos últimos 10 anos, em Virmond, ocorreu um êxodo rural muito grande, a maioria dos agricultores vendeu a propriedade e foi para a cidade. Hoje, a terra está ficando nas mãos de poucas pessoas. Sempre tem agricultor vendendo a propriedade para se mudar para a cidade.

A percepção sobre o modo de vida no meio rural do produtor “B” é que: sempre gostou do modo de vida, de morar no sítio, de trabalhar com a lavoura. Nunca morou na cidade, não sabe como é o modo de vida. Também, priorizou os estudos dos filhos.

A agricultora denominada de “C”, de cinquenta anos, moradora da comunidade Restinga, possui 40 hectares, e é produtora de soja, fumo e feijão. Possui três filhos, um é agrônomo e reside no Mato Grosso do Sul, outro estuda agronomia e trabalha em uma agropecuária em Virmond, e o menor mora na propriedade. Quando perguntada como percebia a questão do envelhecimento no meio rural, afirmou:

Os que nascem no interior, já criam uma raiz, dificilmente quer se mudar, acostuma-se, habitua-se, não quer mais se desfazer, e também por que gosta. Não existe melhor lugar para envelhecer do que na agricultura familiar.

Quando questionada sobre o que poderia ser feito para favorecer a permanência dos jovens e das moças, afirmou:

Existem incentivos, mas existe a questão do medo, de entrar em contas, em dívidas, é muita burocracia na questão da papelada para fazer. Também existe a questão de a terra não estar no nome dos filhos, para mudar a documentação, gasta-se muito. Acredito que existem incentivos, mas ainda são insuficientes para os jovens, na agricultura familiar. Deveria existir maneiras mais fáceis para os jovens conseguirem pagar um pedaço de terra para si. Por que hoje, com cinco alqueires de planta, consegue-se sobreviver na agricultura familiar. Mas para adquirir essa quantidade é difícil. E também depende do número de filhos.

Em relação a transmissão do patrimônio, afirma que nada está definido ainda, no que se aposentar fará a transmissão. Segundo a agricultora, a divisão será igualitária entre todos os filhos.

De maneira geral, todos os entrevistados percebem que a falta de incentivo por parte do Estado é o agravante para que os jovens deixem as propriedades dos pais, indo em busca de melhores condições de vida nas cidades.

A oeste, encontram-se as comunidades de Tapera e Colônia Coronel Queiroz (zona agroecológica 2), a média de idade entre os produtores é de 56,2 anos. Os mesmos possuem apenas o ensino fundamental completo e incompleto. A média de hectares por produtor nesta comunidade é de 32,3 hectares. Já a média de tempo que o produtor é dono do imóvel é de 19,8 anos. Nestas comunidades as terras foram adquiridas, predominantemente, através de herança e compra. Foi possível perceber que nestas comunidades utiliza-se mecanização total, e de todos entrevistados, todos terão sucessores.

Na região sul (zona agroecológica 3), encontram-se as comunidades de Lagoa

Bonita e Santo Antônio. A média de idade entre os produtores entrevistados é de 55 anos e possuem apenas ensino fundamental completo ou incompleto. A área média dos estabelecimentos é de 21 hectares. Quanto a forma de aquisição das terras, pelos produtores, predomina a compra e a herança. A média de tempo que são produtores no imóvel é de 18,6 anos. É possível observar a partir das entrevistas realizadas, nestas comunidades (sul), que as características são semelhantes com as comunidades da região norte, no que diz respeito a residência dos filhos e com o que trabalham, pois há filhos que moram na propriedade com os pais, já se encaminhando para a sucessão e filhos que moram nas cidades, onde trabalham, como no caso da filha de um dos agricultores que é técnica em radiologia e mora em Maringá. Como na região citada anteriormente (norte), nesta região os agricultores também afirmam que há falta de incentivos e investimentos por parte dos governantes, para que os jovens possam realizar a sucessão.

Na região sudeste do município (zona agroecológica 4) encontra-se a comunidade de Cavernoso. A média das áreas dos estabelecimentos é de 53,5 hectares. As propriedades foram adquiridas pela compra e herança. Por serem, os entrevistados, agricultores mais idosos, a média de tempo em que são produtores no imóvel é de 60 anos. Nesta comunidade, foi possível observar que dos produtores entrevistados, todos tem ou irão ter sucessores, como no caso de um dos entrevistados, que possui cinco filhos, e apenas uma das filhas mora em outro estado, o restante mora na propriedade, e já constituiu sua própria família. Os acordos em relação a transmissão já foram feitos, em vida, portanto.

Quando perguntado ao agricultor, identificado como “D”, da comunidade Cavernoso, que possui setenta e cinco anos, qual era sua opinião sobre a saída dos jovens do meio rural e da agricultura, respondeu:

As pessoas pensam que na cidade irão se sair bem, porém não é tão fácil. Na agricultura, hoje em dia, se vender as terras, não se compra novamente, porque subiram muito os preços. O agricultor sustenta tudo, porém ele sofre por que não recebe o justo, recebe grandes prejuízos.

O mesmo é produtor de soja, milho e feijão, utilizando mecanização total em seus 51 hectares, sendo produtor há sessenta e dois anos no mesmo imóvel, que obteve por herança. Também afirmou que recebe serviços de assistência técnica prestados pela cooperativa. O seu único filho, de vinte e um anos, herdará todo patrimônio do pai, que ainda pretende fazer os acordos em vida. Segundo o entrevistado, mesmo com a aposentadoria, muitos agricultores continuam na atividade agropecuária, devido às necessidades.

Segundo o agricultor “E”, de setenta e oito anos de idade, da mesma comunidade, produtor a sessenta anos na mesma propriedade, pai de cinco filhos, sendo que, quatro deles residem na propriedade e apenas uma das filhas reside em Santa Catarina, quando perguntado: o que leva os jovens a sair do meio rural? Que consequências isto traz? Ele afirma que: “o êxodo rural fragiliza a agricultura, fazendo com que menos famílias trabalhem na agricultura, gerando menos produtos para a população consumir.”

Os principais cultivos agrícolas do estabelecimento são, trigo, soja, milho, feijão e diversos tipos de hortaliças (inclusive entrega para o PNAE). Usa mecanização total, e paga pela prestação de serviços da associação de agricultores, que são: hora-máquina de trator, para plantação e colheita. Quando perguntado se tivesse que começar de novo ou pudesse escolher entre a agricultura ou outra ocupação (seria novamente agricultor?) A resposta foi afirmativa. O mesmo diz que incentivou os seus filhos a permanecerem na ocupação, dizendo que “um dos filhos tinha duas áreas de terra, ele permaneceu e assim o proprietário se mudou, assim o filho ficou morando em uma área já formada.” Em relação a transferência de patrimônio, já houve acertos, o agricultor afirma que o critério que embasará a divisão, da propriedade, é: “um irá receber mais e outro irá receber menos, depende do que está junto com o pai, cuidando, irá receber mais.”

Na porção leste do município (zona agroecológica 5), encontra-se a comunidade de São Francisco, a média de idade dos produtores é de 55 anos. Os mesmos possuem apenas o ensino fundamental, completo e incompleto. A média das propriedades é de 8,34 hectares. A média em que são proprietários de seus imóveis é de 22 anos. As propriedades foram adquiridas tanto por herança tanto por compra. Nesta comunidade, em particular, foi possível observar que nenhum dos produtores terá sucessores, e é visível a preocupação dos pais para que os filhos estudem.

O entrevistado denominado de “F”, de cinquenta e quatro anos, morador da comunidade Linha São Francisco, proprietário de 9 hectares, onde produz milho e feijão, afirma que:

Não há apoio dos governos, e está muito caro para se produzir, e é necessário bastante terra para permanecer no campo. A única solução é os pais mandarem seus filhos estudarem, para poderem se ‘manter’ sozinhos. Para os pequenos agricultores não está compensando, não dá para sobreviver. Antigamente os filhos ficavam com os pais até casar, mas como hoje em dia a estudos, ninguém permanece. A maior herança que os pais podem deixar para os filhos é o estudo, pois ninguém tira deles.

Quando perguntado sobre qual era sua percepção sobre o modo de vida no meio rural, o produtor responde da seguinte forma:

Na agricultura é sofrido, mas é bom de se viver. Você é o patrão, não é mandado, começa na hora que quer e para quando quer. Por enquanto há bastante pequenos produtores, mas cada vez está diminuído, pois estão vendendo as terras aos grandes proprietários.

Ainda acrescenta que estimulou as filhas a estudar, para ter a possibilidade de um futuro melhor.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal do estudo foi analisar a sucessão hereditária no município de

Virmond-PR. Tendo em vista os aspectos apresentados, foi possível observar que grande parte dos agricultores tem estimulado os(as) filhos(as) a estudarem, a fim de se buscar uma vida melhor, onde se obtenha mais renda, pois a maioria dos agricultores estão descredenciados, devido, segundo eles, a falta de incentivo do Estado à agricultura familiar, pois com o aumento dos preços dos insumos, está caro para se produzir.

É necessário que haja incentivos para facilitar o acesso ao crédito para a aquisição de terra, ao financiamento para moradia, entre outros. Na opinião dos agricultores, os jovens tem dificuldades iniciais para se instalarem sozinhos na propriedade. Precisam do apoio dos pais. Porém, muitas vezes, o produtor tem um número significativo de filhos, em média, entre dois a cinco, fazendo com que a pequena propriedade não dê o suporte necessário para que o filho se estabeleça, ocasionando que muitas vezes o jovem saia em busca de oportunidades na cidade, para trabalhar de empregado. Acredita-se que haja mais homens assumindo estabelecimentos, as mulheres preferem, e/ou são estimuladas, a estudar.

Foi também possível observar, entre a maioria dos agricultores entrevistados que, quando houver a transmissão do patrimônio (a propriedade rural e tudo que ela contém), dividirão a propriedade de forma igualitária (todos(as) recebem a mesma quantidade). Apenas dois dos agricultores entrevistados realizarão a divisão distinta (diferenciada), onde o filho que ficou com a responsabilidade de cuidar dos pais na velhice, ficará com a maior parte do patrimônio. Também foi possível perceber que as moças, ao se casarem, mudam-se para a propriedade do marido. Em alguns casos, o pai da moça ajuda na compra de uma porção de terra para juntar com a parte de seu cônjuge. Os agricultores que não possuem sucessores, que são três, das comunidades São Francisco e Campo das Crianças, ambos possuem somente o ensino fundamental incompleto, e é possível perceber a grande preocupação para que os filhos estudem. Ambos possuem uma propriedade pequena, em média de 17 hectares. Declaram que gostariam que algum dos seus filhos tivesse permanecido no estabelecimento.

Outra questão importante a ser analisada foi o envelhecimento no meio rural, que aparece bem distinta entre os agricultores, pois alguns deles declaram que no meio rural é o melhor lugar para se envelhecer, pois é mais “sossegado e tranquilo”. Segundo estes agricultores, com todos os recursos existentes, não se tem mais trabalho braçal, o agricultor vive mais e melhor, como se percebe nas comunidades de Lagoa Bonita e Santo Antônio, devido o relevo ser predominantemente plano. Depende das características do relevo, pois se ele for plano, facilitará o trabalho dos pais. Mas se for um relevo acidentado, será mais difícil trabalhar.

Porém, outra parte dos agricultores, das localidades de Linha Zapaoski e São Francisco, sobretudo, acredita que é muito sofrido o modo de vida, e que ao se aposentar, o agricultor precisa continuar trabalhando, e que os agricultores estão envelhecendo cada vez mais rápido devido ao uso de agrotóxicos. Um dos agricultores, da comunidade São

Francisco, de cinquenta e cinco anos, e sem sucessor, acredita que “com o passar do tempo os filhos tomarão um rumo diferente na vida, e os pais terão que ficar sozinhos, e que a opção será vender a propriedade e se mudar para a cidade.”

Em suma, foi possível observar que, em relação ao modo de vida no meio rural, a maioria dos agricultores afirma que é sofrido, mas é bom de se viver, que gostam de morar, é “calmo e sossegado”. “A agricultura é uma indústria a céu aberto, com todas as tecnologias existentes, o fator climático é ainda a incógnita” (agricultor/morador da comunidade linha Zapaoski, região norte). Em geral, os produtores afirmaram que a agricultura mudou bastante, antigamente era mais difícil de se trabalhar, hoje em dia está bem mais facilitado.

Segundo o Secretário da Agricultura do município de Virmond, “é difícil indicar qual comunidade que não terá sucessor e qual está garantida a sucessão, por que em todas as comunidades está acontecendo o êxodo, por que os jovens estão indo para as cidades para estudar, e buscar um trabalho novo. Praticamente todas as comunidades são iguais”, devido ao município ser pequeno, as comunidades serem muito próximas e com características semelhantes. Ainda segundo o mesmo, “é necessário ter diversificação de atividades e suporte do Estado.” Mesmo com todas as limitações, os jovens estão sucedendo seus pais, assim fazendo com que a agricultura familiar continue.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda; COSTA, Maria Regina Caetano. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. *In*: CONGRESSO DA SOBER, 44., Fortaleza. **Anais...** 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em 13 de mar. 2022.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *In*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

CASTELLANET, Christian. **A pesquisa-desenvolvimento agrícola.** UFFA, 1995.

COSTA, Patrícia Inês; CORBARI, Fábio; ZONIN, Valdecir José. Diálogos com a juventude rural e os caminhos para a sucessão familiar no município de Pato Bragado-PR. *In*: ZONIN, Valdecir José; KROTH, Darlan Christiano. **Juventude rural e sucessão na agricultura familiar.** Curitiba: Appris, 2021.

FURLAN, Élica Ceconi *et al.* Perspectivas dos/as filhos/as de agricultores em relação ao seu futuro profissional: estudo de caso de comunidades rurais de Nova Veneza – SC. *In*: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 4, 2014, UNESC, **Anais...** UNESC, 2014.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IFDHM). 2016. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 16 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. 2000 e 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 16 mar. 2022.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Sílvio Antônio. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, 2013.

MATTEI, Lauro. Emprego agrícola: cenários e tendências. **Estudos avançados**, v. 29, n. 85, 2015.

MAZOYER, Marcel. **Origens e mecanismos de reprodução das desigualdades regionais do desenvolvimento agrícola da Europa**. 1981.

SILVESTRO, Milton *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 419 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

SPANEVELLO, Rosani Marisa; LAGO, Adriano; ANDREATTA, Tanice; BOSCARDIN, Mariele. Desenvolvimento no Brasil: a perspectiva da juventude rural. Juventude rural e sucessão na agricultura familiar. *In*: ZONIN, Valdecir José; KROTH, Darlan Christiano. **Juventude rural e sucessão na agricultura familiar**. Curitiba: Appris, 2021.